

Deputados distritais consideram irreversível permanência das cinco mil famílias na invasão apesar dos riscos ambientais. Voto favorável da bancada contrária política do governo Cristovam Buarque

Petistas defendem Estrutural

DF - Cidade

André Garcia

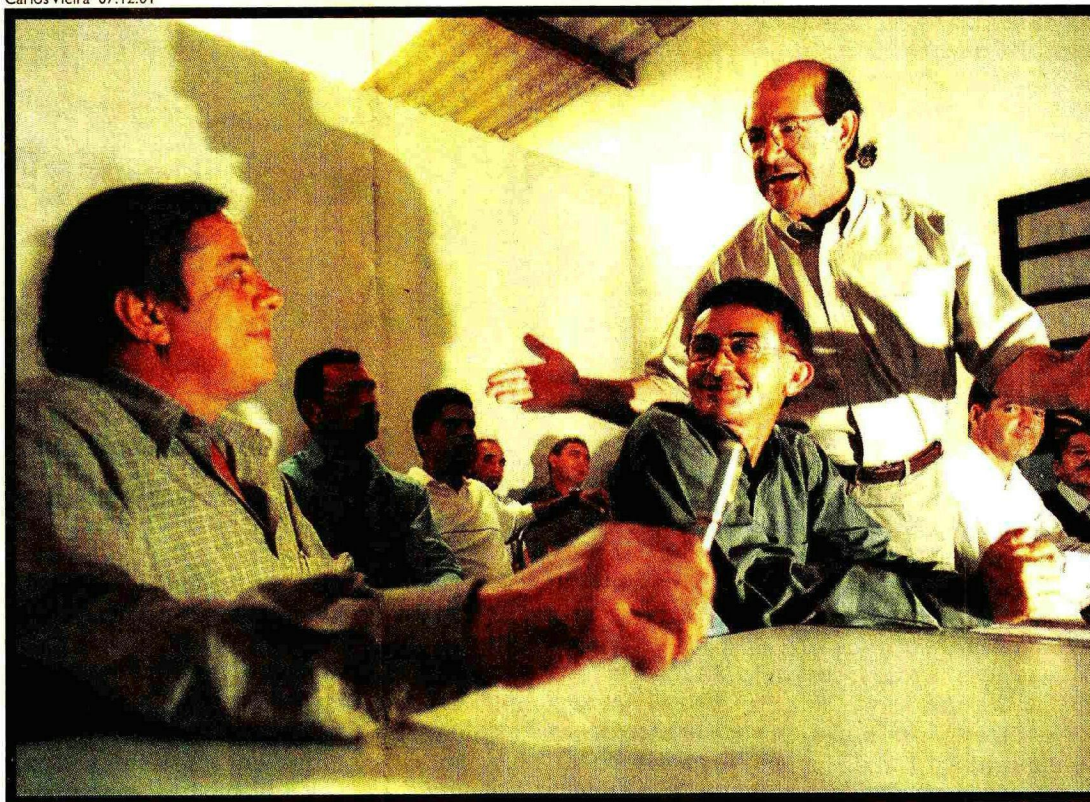
Da equipe do **Correio**

Os cinco deputados distritais petistas estão inclinados a votar a favor do projeto que pretende regularizar a invasão da Estrutural. Os deputados Wasny de Roure e Chico Floresta admitiram ontem aprovar a proposta que fixa os moradores na área, desde que sejam atendidos requisitos técnicos e ambientais necessários. Na semana passada, Paulo Tadeu, Lúcia Carvalho e Maria José Maninha já tinham declarado voto favorável à fixação dos moradores, com as mesmas ressalvas.

A intenção dos deputados do PT, que pretendem fazer emendas ao projeto, contraria a posição histórica do partido. Durante sete anos, os petistas defenderam a remoção dos invasores. Admitiam, no máximo, a permanência das primeiras 600 famílias que transformaram a área próxima ao Lixão em moradia. A convicção de que o local não era adequado para um assentamento era tanta que, no período em que esteve à frente do governo, promoveu operações de retirada dos moradores. Agora, o discurso é outro.

A mudança de postura é atribuída ao crescimento da invasão e à "impossibilidade" de remoção das quase cinco mil famílias que moram na área. "O projeto de José Edmar tem falhas, mas não podemos mais fugir do debate sobre o futuro da Estrutural", justificou Wasny. Tanto ele como Chico Floresta admitem votar a favor da proposta se emendas forem feitas para delimitar a área habitacional, preservar distância de 300 metros do Parque Nacional de Brasília e obrigar o governo a realizar um Estudo de Impacto Ambiental da área, por exemplo.

Carlos Vieira 07.12.01



O PETISTA WASNY DE ROURE (DE PÉ) ACREDITA QUE EMENDAS CORRIGEM FALHAS NO PROJETO DE JOSÉ EDMAR (E)

nal, preservar distância de 300 metros do Parque Nacional de Brasília e obrigar o governo a realizar um Estudo de Impacto Ambiental da área, por exemplo.

ESTUDO AMBIENTAL

Com os votos dos petistas, as chances do projeto ser aprovado aumentam, apesar dos riscos apontados por arquitetos, ambientalistas, Ministério Público Federal e até pelos secretários de Habitação, Ivelise Longhi, e de Meio Ambiente, Antônio Barbosa (*leia quadro*). Os dois secretários admitiram que o

governo não tem condições técnicas de assentar os invasores na invasão, localizada próximo ao Parque Nacional de Brasília, a um gasoduto da Petrobras e a um Lixão. Falta, por exemplo, um Estudo de Impacto Ambiental que indique a viabilidade de uma cidade na área.

A despeito de todos os problemas, a votação está marcada para amanhã. A saída encontrada pelos deputados distritais para aprovar o projeto apesar de todas os problemas técnicos foi jogar a responsabilidade de implantação para o governo. "O projeto

será autorizativo. A Câmara aprova, mas o governo só regulariza quando tiver feito os estudos necessários", disse o presidente da Câmara, Gim Argello (PMDB).

A regularização da Estrutural estava na pauta de discussões da reunião da executiva regional do PT, realizada ontem à noite. Responsável por operações de remoção na área, o ex-governador Cristovam Buarque continua contra a regularização. "Mas o PT não precisa ter uma posição fechada. Cada um vota conforme sua consciência e interesses políticos", avaliou.

OS RISCOS

A invasão da Estrutural fica próxima ao Parque Nacional de Brasília, onde estão nascentes que contribuem para o abastecimento de água de um terço da população do Distrito Federal. Ambientalistas temem pela contaminação da água.

Especialistas acreditam que a regularização também provocará danos à fauna e à flora do parque.

As casas foram construídas próximas a um gasoduto da Petrobras e a um Lixão. Existe o temor de que eventuais explosões atinjam os moradores. E que a saúde das pessoas fique comprometida.

O governo do Distrito Federal não fez um Estudo de Impacto Ambiental na área. De modo que não se sabe a dimensão dos danos que a nova cidade pode provocar. Os próprios secretários de Habitação e Meio Ambiente admitem não ter atualmente condições técnicas de implantar o assentamento.